

**PRODUTO INTERNO BRUTO DO PIAUÍ**  
**2011**

## **O PROJETO DE CONTAS REGIONAIS – Considerações Metodológicas**

O projeto de Contas Regionais do Brasil (CR) estima o PIB dos estados brasileiros pela ótica da produção, sendo um projeto desenvolvido pelo IBGE em conjunto com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Planejamento e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). Ao longo desta parceria foi divulgada uma série de CR 1985-2004 com base nos Censos Econômicos de 1985 e, atualmente, está disponível uma série 2002-2010, com base no ano de 2002, referenciado nas pesquisas econômicas do IBGE, entretanto, os anos de 2010 e 2011 não têm total aderência com a série até 2009. Este fato será tratado a seguir.

Conceitualmente os países atualizam suas bases de ponderação das suas Contas Nacionais e no Brasil não é diferente. Em 2007, a Coordenação de Contas Nacionais do IBGE (CONAC) promoveu uma grande mudança de ano base para todo o trabalho referente ao sistema de contabilidade nacional em seus diversos níveis: Brasil (trimestral e anual), Estados e Municípios. Foi quando o sistema de Contas Regionais iniciou a divulgação da série 2002-2009 e 2010 e agora 2011, separadamente.

No momento atual, o Brasil, através do IBGE/CONAC, trabalha para nova mudança do ano de referência do sistema e, como ocorreu no passado, a divulgação das contas definitivas do sistema anual foi suspensa, mantendo apenas sua série trimestral, que se torna a referência para as informações econômicas do país até a divulgação da série com a nova referência. Este procedimento também ocorreu em 2005 com a suspensão da divulgação do ano de 2004 pelas Contas Nacionais definitivas na base 1985, quando em novembro de 2007 divulgou-se a série 2000-2005, sendo 2004 e 2005 inéditos, e para os anos 2000 a 2003 uma releitura, naquele momento, com o ano de 2000 como referência.

No caso das Contas Regionais, mesmo com o trabalho de mudança de base em andamento, não é praxe a suspensão das divulgações dos anos

correntes como nas Contas Nacionais definitivas, pois um de seus resultados, especificamente o PIB *per capita* por unidade da federação, segue para o Tribunal de Contas da União (TCU) para servir como um dos indicadores para o repasse do Fundo de Participação (FPM) dos municípios, das capitais e Distrito Federal.

Cabe ressaltar que o sistema de Contas Nacionais do Brasil é um trabalho integrado aos manuais de contabilidade nacional das Nações Unidas, além disso, o PIB brasileiro é a soma dos PIBs dos estados. Apesar de Contas Nacionais e Contas Regionais, na maioria dos casos, serem trabalhos de estimativa de forma independente, a base de dados e a metodologia são comuns, logo os resultados tendem a convergir.

## **AJUSTE DAS CONTAS REGIONAIS**

Neste sentido, ao final do trabalho de CR, fazemos um ajustamento às Contas Nacionais de modo que os resultados para o Brasil e estados, obrigatoriamente, sejam os mesmos. O ajuste proposto é possível pelo fato da base de dados das CN definitivas e CR serem basicamente as mesmas e a diferença entre o sistema CN e CR (historicamente em torno de 2% no valor corrente) fica por conta do aprofundamento do sistema de contas nacionais ao estimar o mesmo PIB pelas três óticas nas Tabelas de Recursos e Usos (Produção, Demanda e Renda), finalmente, o ajuste faz com que o sistema de contas nacionais e regionais tenha completa aderência e comparabilidade.

## **CONTAS REGIONAIS - DIVULGAÇÃO DOS ANOS DE 2010, 2011 E 2012 E AJUSTE ÀS CONTAS NACIONAIS**

Como foi abordado anteriormente, o IBGE não divulgará as Contas Nacionais definitivas na base 2000 para os anos 2010 e 2011. Para estes anos, a divulgação será em 2015, com a série 1995-2012 na base 2010. Enquanto isso, a CR continua divulgando a série até 2012 com base no ano de 2002, agora sem as Contas Nacionais definitivas que serve de marco para o ajustamento, ficando disponível apenas a Conta Trimestral, estimativa conjuntural, diferentemente das CRs que utilizam as pesquisas estruturais.

Neste sentido, ressalta-se que o ano de 2010, assim como o ano de 2011, não tem total aderência à série 2002-2009.

Em função das diferenças conceituais já descritas anteriormente em relação às contas trimestrais brasileiras, os resultados das Contas Regionais de 2010, 2011 e 2012 serão considerados “estimativas preliminares”, devendo ser amplamente comunicado, para que em 2015, quando for divulgada a nova série, os usuários já estejam informados sobre esta agenda.

## **RESULTADOS DAS CONTAS REGIONAIS 2011**

Como foi abordado anteriormente, o trabalho de estimativa da CR é um trabalho de cooperação com coordenação do IBGE em conjunto com os Órgãos Estaduais de Pesquisa e Secretariais de Planejamento, além da SUFRAMA.

Para os anos 2010, 2011 e 2012 (que será divulgado em 2014), não haverá total aderência à série divulgada até 2009. As diferenças básicas são que, até 2009, havia disponível o resultado das Contas Nacionais definitivas (estrutural) como marco comparativo e para os anos 2011 a 2012, apenas o PIB Trimestral (conjuntural). Por este motivo o ajuste em valor constante não será feito em 2011 e 2012 em virtude das diferenças da base de dados. O ajuste ao PIB Trimestral será feito apenas no valor corrente, também por atividade econômica, mas não terá total comparabilidade com a série disponível, também em função das diferenças de bases de dados entre o PIB Trimestral e as Contas Regionais.

Portanto, os resultados de 2011 em relação a 2010 e, também, a série 2002-2009 não poderá ser comparada quando do ponto de vista do crescimento em volume das atividades e do PIB, obrigatoriamente deverá ser uma análise individual do ano, já que não houve o ajuste ao resultado do Brasil.

## **Avaliação das Contas Regionais do Piauí –2011**

### **Economia Brasileira no ano de 2011**

A economia brasileira cresceu apenas 2,7% em 2011. Este modesto crescimento foi influenciado pela alta da inflação e da crise econômica externa. Essa taxa de crescimento corresponde a menos da metade da expansão de 2010 (7,5%) e ficou abaixo das projeções apresentadas pelo governo.

O PIB é a soma das riquezas produzidas em determinado intervalo de tempo. Apesar do crescimento pequeno, o PIB Brasileiro somou R\$ 4,143 trilhões em 2011, em valores correntes.

A desaceleração da economia brasileira em 2011 é reflexo do forte crescimento registrado no ano anterior. Após a crise financeira de 2008 e 2009, o governo adotou várias medidas para estimular a economia, que passou por uma forte recuperação em 2010.

No entanto, essa rápida retomada acabou por pressionar a inflação, o que exigiu que o governo revertesse sua política e adotasse medidas para desestimular o crescimento, com elevação dos juros e restrição ao crédito. O PIB per capita ficou em R\$ 21.252,00.

### **Economia Piauiense no ano de 2011**

Com o processo de modernização agrícola, o estado do Piauí vem ganhando importância e dinamismo, principalmente na atividade Agropecuária, seja em função da maior produção agrícola, da diversificação de culturas, mas, principalmente, pelo aumento de produtividade. Na indústria também se percebe avanços.

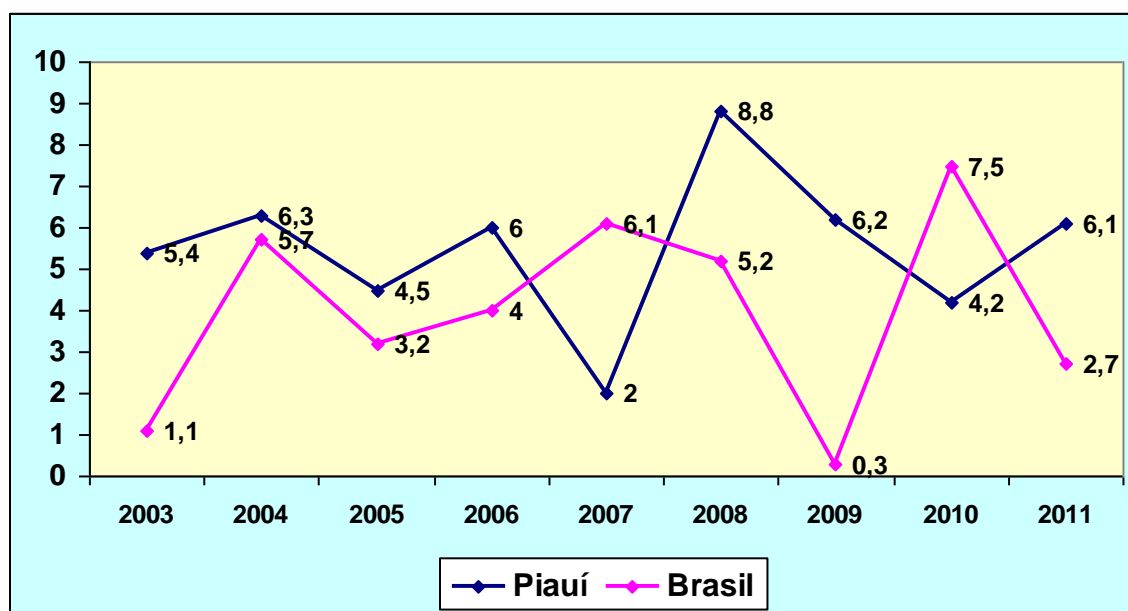
Em 2011, as exportações piauienses apresentaram um resultado favorável, com um aumento de 27,22% em relação ao ano anterior. Registrou-se elevação na contribuição relativa da quantidade exportada, principalmente de grãos de soja, que foi impulsionado pelo preço dessa commodities agrícola.

No campo da oferta de trabalho, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o Piauí obteve em 2011 um saldo de 4.912 novos empregos com carteira assinada.

Quase todos os setores da economia registraram aumento do nível geral de empregos, exceto o setor da construção civil, com uma redução de 1.780 postos de trabalho.

No contexto macroeconômico, o PIB do Piauí atingiu o valor de R\$ 24,607 bilhões em 2011. Em termos de variação do PIB, houve acréscimo de 6,1% em comparação ao ano anterior. No ano de 2011 o Piauí obteve uma taxa de crescimento quase duas vezes e meio a mais que a experimentada pelo País, observando-se crescimento em todos os setores econômicos: Agropecuária, com maior taxa (44,2%), seguido pela Indústria (6,8%) e pelo setor Serviços (2,5%). Nos últimos quatro anos o Estado cresceu em média 6,32% ao ano, enquanto que o Brasil no mesmo período cresceu 3,92%. A participação no PIB Nacional, que era de 0,61% em 2010, passa a 0,62% em 2011, no entanto, permanece na mesma posição no ranking das maiores economias (23ª).

**Gráfico 01- Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto 2003 - 2011**

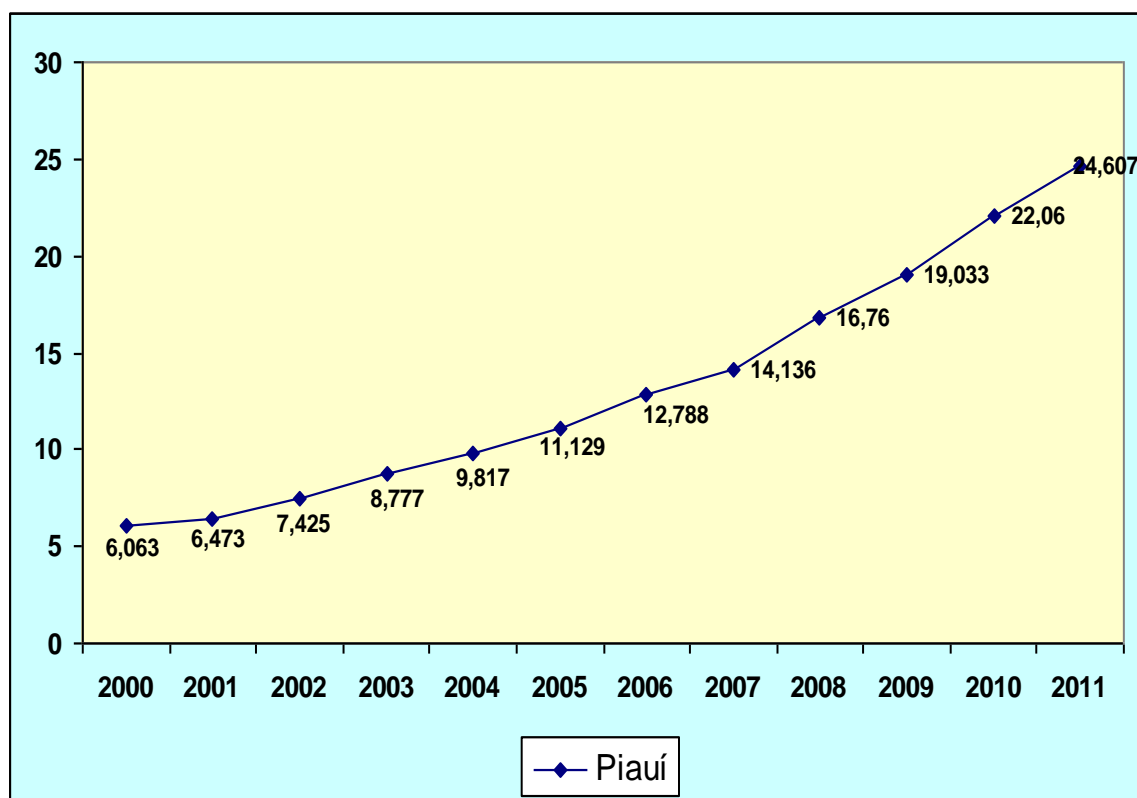


Fonte: Elaboração: Fundação Cepro/ Divisão de Contas Regionais .

No tocante ao PIB em valores correntes dos últimos anos, percebe-se aumento na taxa e no valor, ou seja, houve aumento no fluxo de produção e elevação nos preços, conforme demonstrado no gráfico 02. Tomando por base

o ano de 2007, houve acréscimo médio no PIB nesses últimos quatro anos de R\$ 2,552 bilhões.

**Gráfico 02 – Piauí – Evolução do Produto Interno Bruto 2000 - 2011**  
(R\$ bilhões)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Fundação Cepro.

Ao olharmos o Valor Nominal do PIB do Estado nos últimos dez anos, ou seja, 2002 (R\$ 7,425 bilhões) e 2011 (R\$ 24,607 bilhões) podemos dizer que o Estado mais que triplicou seu PIB no período.

### **PIB per Capita**

O PIB per capita corresponde à divisão do PIB pela população residente encaminhado oficialmente pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União (TCU), para utilização como um dos critérios de rateio do cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). No ano de 2010, o Piauí alcançou um PIB

per capita de R\$ 7.835,75, ante R\$ 7.072,80 em 2010, portanto, com incremento de R\$ 762,95.

O PIB per capita piauiense aumentou sua proporção quando comparado ao Brasil, uma vez que em 2010 representava 35,78% do PIB per capita nacional e, no ano seguinte, 36,87%.

**Tabela 01 – Piauí e Brasil: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per Capita e Taxas de Crescimento 2006- 2011**

<b>Anos</b>	<b>Produto Interno Bruto</b>				<b>PIB Per Capita</b>	
	Valores Correntes (Milhões)		Taxa de Crescimento (%)		Valores Correntes (R\$)	
	Piauí	Brasil	Piauí	Brasil	Piauí	Brasil
2006	12.788	2.369.484	6,0	4,0	4.211,87	12.686,60
2007	14.136	2.661.345	2,0	6,1	4.661,56	14.464,73
2008	16.760	3.032.203	8,8	5,2	5.372,40	15.991,55
2009	19.033	3.239.404	6,2	-0,3	6.051,10	16.917,66
2010	22.060	3.770.085	4,2	7,5	7.072,80	19.766,33
2011	24.607	4.143.000	6,1	2,7	7.835,75	21.252,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais.  
Elaboração: Fundação Cepro.

### **Setores Econômicos**

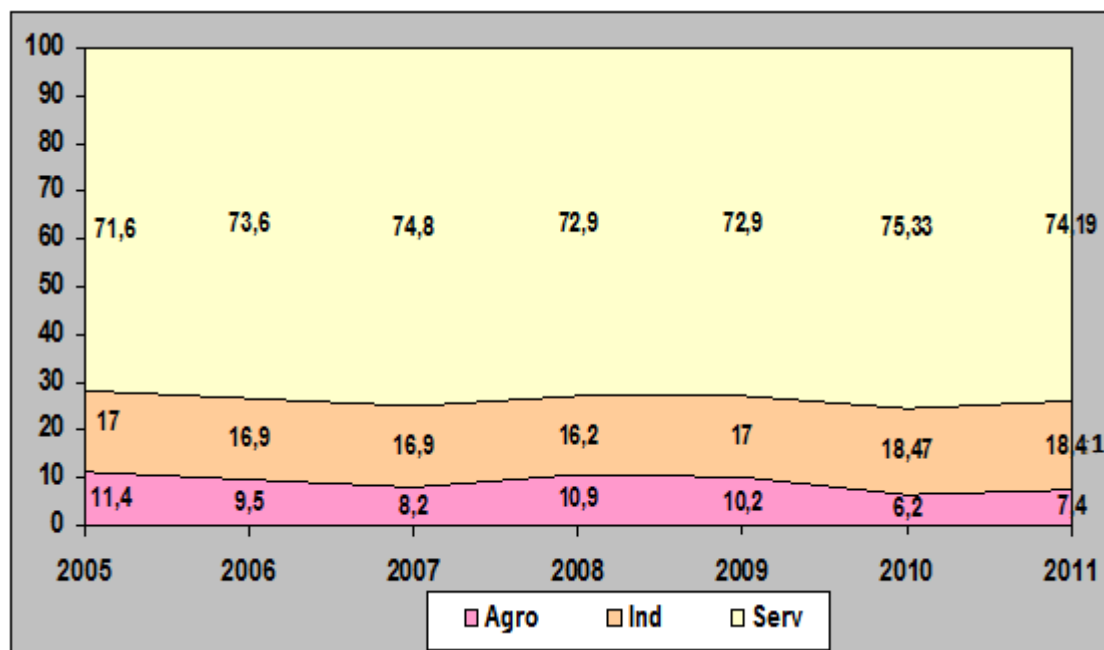
O Setor Agropecuário foi o que o mais ganhou participação na estrutura produtiva estadual, passando de 6,2% em 2010 para 7,4% em 2011, ganho de 1,2 ponto percentual. O setor expandiu 44,9% em 2011, demonstrando recuperação na comparação com 2010, ano em que o setor retraiu-se (-13,6%), motivado pela intensa escassez de chuvas no período mais importante da produção, com redução na produtividade. Em 2011, as condições climáticas foram bastante favoráveis às culturas plantadas, com destaque para a produção de cereais e soja.

A Indústria praticamente manteve sua participação em 2011 (18,42%) ante (18,47%) em 2010.

O setor Serviços perdeu participação (-1,14%) em relação ao conjunto das atividades econômicas em 2011, especialmente nas atividades que envolvem comércio, serviços prestados às famílias, financeiro, aluguel e Administração Pública.



**Gráfico 03 – Estrutura Setorial da Economia Piauiense 2005- 2011 (%)**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais.  
Elaboração: Fundação Cepro.

**Tabela 02 - Piauí – Estrutura e Taxa de Crescimento 2010 - 2011 (%)**

Setores de Atividades	Estrutura		Taxa de Crescimento	
	2010	2011	2010	2011
Agropecuária	6,2	7,4	-13,6	44,9
Extrativa	0,37	0,53	9,5	7,7
Transformação	6,26	5,65	7,1	3,1
SIUP	4,91	4,44	15,5	3,6
Construção	6,93	7,79	24,4	12,1
Comércio	17,08	16,03	6,9	4,0
Transportes	3,25	3,42	13,3	5,4
Serviços de Informação	1,61	1,66	1,2	5,1
Financeiro	3,78	3,71	9,4	7,8
APU	29,12	29,08	-0,5	1,0
Aluguel	8,0	7,83	0,0	0,6
Manutenção	1,1	1,27	4,0	8,2
Alojamento e Alimentação	2,1	2,16	15,0	14,5
Serviços Prestados às Empresas	3,8	3,81	4,6	5,5
Saúde e Educação Mercantil	1,6	1,47	4,3	12,7
Outros	3,9	3,75	2,1	-0,09

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração: Fundação Cepro.

## **Agropecuária**

Em 2011, o setor aumentou sua participação no Valor Adicionado do Estado, passou de 6,2% para 7,4%.

Apresentando crescimento real de 44,9% no ano de 2011, ante uma taxa negativa em 2010, a atividade agrícola no que pese sua modernização ainda é bastante influenciada pelas condições climáticas. O Valor Adicionado que era R\$ 1,216 bilhão em 2010, passou para R\$ 1,626 bilhão em 2011.

O ganho de participação da agropecuária se explica pelas condições favoráveis das precipitações pluviométricas que proporcionaram no período uma boa safra, aliado aos altos índices de produtividade observados nos cerrados, consolidando o Estado como o terceiro maior produtor do Nordeste. O bom crescimento da produção agrícola foi observado, sobretudo, na cultura da soja, que teve em seu valor adicionado um aumento de 342,5%.

Foram colhidos em 2011, 2,2 milhões de toneladas de grãos, sendo que mais da metade é produção de soja.

No ano de 2011, a produção piauiense de cereais (arroz, milho e feijão) registrou um crescimento real de 140%.

A cultura do feijão cresceu em 2011/2010, 155,2%; o milho 106,69% e o arroz, 28,5% no mesmo período.

Merece destaque o crescimento da produção de algodão que chegou a 64,3 mil toneladas, aumento de 208,77% em relação à colheita anterior. Esse crescimento foi influenciado também pela elevação da demanda do setor industrial.

No setor da pecuária o melhor desempenho foi observado na atividade de pesca, com crescimento de 2,6%, em 2011. Boa parte dos produtores do setor receberam equipamentos, assistência técnica e manutenção, bem como fornecimento de alevinos.

## **Indústria**

A atividade industrial é composta pela indústria extrativa mineral, indústria de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água e

construção civil. Essas atividades representam 18,41% do valor Adicionado, em 2011, somando R\$ 4,047 bilhões, com acréscimo de R\$ 425,00 milhões. Este setor alcançou taxa de crescimento de 6,8%. Os principais aumentos foram verificados na construção civil (12,1%) e extrativa mineral (7,7%), as demais atividades registraram taxas positivas: SIUP (3,6%) e indústria de transformação (3,1%).

A construção civil, que em 2010 obteve a maior taxa de crescimento da economia, 24,4%, influenciada fortemente pelo segmento de obras públicas, embora tenha diminuído um pouco o ritmo de crescimento, a taxa alcançada pelo setor (12,1%) foi o destaque da atividade industrial do Estado. Nesse último ano, a economia passou por um momento favorável, quando a atividade de construção civil ainda se beneficiava da manutenção da renúncia de parte do IPI para diversos insumos da construção civil. O segmento obras públicas também contribuiu sobremaneira para essa taxa de crescimento, com investimentos em pavimentação asfáltica, construção de pontes, rodovias e serviços de conservação e manutenção.

A indústria de transformação cresceu 3,1% em 2011/2010, ritmo inferior ao observado em 2010/2009, onde o setor cresceu 7,1%. Os gêneros de produtos alimentícios e bebidas, que têm grande peso na indústria do Estado, foram os destaques do setor.

A indústria extrativa cresceu em 2011, 7,7%, com destaque para extração de minerais, para fabricação de adubos e fertilizantes e extração de calcário.

Os Serviços de Utilidade Pública (SIUP) também experimentaram crescimento em 2011 de 3,6% – observou-se crescimento tanto na geração como na distribuição de energia elétrica.

## **Serviços**

Em 2011, entre os três grandes setores, o setor de Serviços apresentou a menor taxa de crescimento, 2,5% ante 4,1% em 2010, diminuindo, assim, sua participação na economia estadual de 75,33% para 74,19%. Dessa forma, o setor registrou Valor Adicionado de R\$ 16,302 bilhões, contra R\$ 14,774 bilhões no ano de 2010. Os destaques foram: Alojamento, 14,5% (taxa de crescimento), Saúde e Educação Mercantil (12,7%), Manutenção (8,2%) e

Financeiro (7,8%). As demais atividades apresentaram as seguintes variações: Serviços prestados às Empresas (5,5%), Transportes 5,4%), Serviços de Informação (5,1%), Comércio (4,0%), APU (1,0%), Aluguel (0,6%), enquanto Outros Serviços recuaram 0,09%.

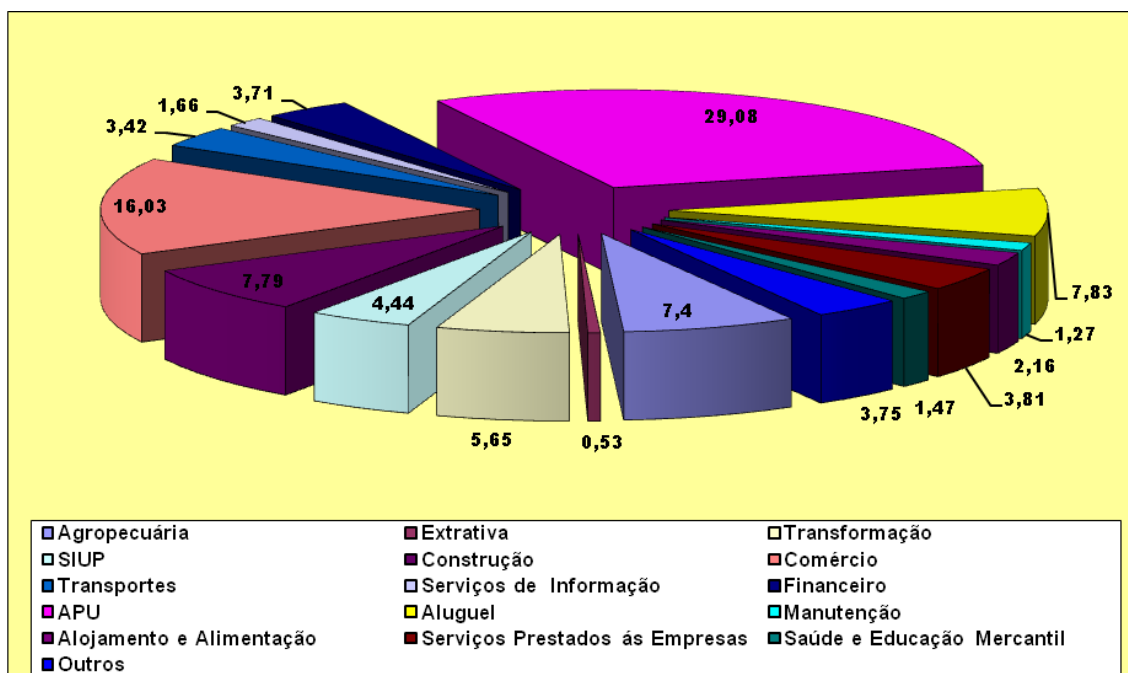
A atividade de comércio representou em 2011 16,03% do VA Estadual. Vale lembrar que os resultados das Contas Regionais, em 2011, assim com em 2010, foram ajustados com as Contas Trimestrais do Brasil. Nessa classificação, os Serviços de manutenção e reparação não estão agregados à atividade de Comércio, sendo os mesmos agregados à atividade “Outros Serviços”.

O Setor de Intermediação Financeira continua crescendo, impulsionado pelo aumento do volume de crédito injetado na economia nos últimos anos, bem como pelas medidas de combate à crise internacional: ampliação das linhas de crédito, desonerações fiscais, geração de emprego e crescimento da massa salarial.

A APU tem como finalidade prestar serviços de natureza gratuita à coletividade, os quais são financiados pelos impostos pagos pela sociedade, ou seja, a sua principal fonte de recursos provém do pagamento obrigatório na forma de impostos, taxas e contribuições sociais. Dentre os serviços prestados, destacam-se os de regulação das atividades dos agentes econômicos, segurança, defesa civil, justiça, saúde e educação pública. Nessa atividade está também incluída a seguridade social, que envolve a gestão de fundos de previdência obrigatórios e a concessão de benefícios e aposentadorias, pensões, auxílio-doença e outros.

A APU expandiu 1,00% em 2011/2010. Em termos de participação no valor adicionado da economia representou 29,08%. É a atividade econômica que mais pesou em 2011, mesmo tendo reduzido sua participação que foi de 29,12% em 2010.

**Gráfico 04 – Piauí – Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado do Piauí – 2011**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais.  
Elaboração: Fundação Cepro

## Impostos

O PIB a preços de mercado corrente é o resultado do valor adicionado a preços básicos somados aos impostos sobre produtos líquidos de subsídios. O total dos impostos alcançou o valor de R\$ 2,632 bilhões, contra R\$ 2,450 no ano anterior. Os impostos (ICMS, Cofins, IPI, IOF, ISS e outros) cresceram no período em análise 6,2%.

**FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ  
(CEPRO)**

**Governador do Estado do Piauí**

Wilson Nunes Martins

**Vice- Governador**

Antônio José de Moraes Souza Filho

**Secretário de Planejamento**

Antônio César Cruz Fortes

**Presidente da Fundação CEPRO**

Magno Pires Alves Filho

**Elaboração**

Joana D'arc Fortes Portela Barbosa

Evaristo Alves dos Reis Júnior

Maria de Fátima Facchinetti de Almendra Freitas

**Email:**

joanaportela@cepro.pi.gov.br

fatimafacchinetti@cepro.pi.gov.br

evaristoreis@cepro.pi.gov.br